Ata da primeira reunião da Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, para tratar da Reestruturação do Sistema Judicial do Estado de Mato Grosso, realizada no dia 11 de abril de 2011.

Aos (11) onze dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões localizada no Prédio deste Tribunal na Ala Desembargador Atahide Monteiro da Silva, sob a presidência do Desembargador Márcio Vidal, Corregedor-Geral da Justiça, teve início, às nove horas e trinta minutos, a reunião da Corregedoria-Geral da Justiça com os atores do sistema judicial convidados, para tratar de assuntos referentes ao Projeto “Reestruturação do sistema Judicial do Estado de Mato Grosso”, acompanhada pela Assessora de Redação e Debates, Morgana Rita Castro, e pela Gerente Setorial de Taquigrafia, Claudete Pinheiro da Silva Martins. Dando início à pauta do dia, no item, I - Abertura da reunião: saudações, agradecimentos - o Desembargador Márcio Vidal saudou as autoridades presentes, Diretores, Juízes auxiliares e Servidores deste egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, passando, logo a seguir, à leitura do discurso, nos seguintes termos: “*Com alegria, minhas saudações! A todos e a cada um, a expressão de minhas melhores expectativas neste esforço conjunto, compartilhado e integrado. Recebam, todos, os meus especiais e entusiasmados votos de boas-vindas a este Comitê, constituído de autoridades, de atores, que interagem no e com o Sistema Judicial deste Estado. Começo pelo princípio, que indica, que norteia, que orienta, no sentido filosófico, e permite traçar metas e trajetórias claras. Logo, o princípio leva às primeiras indagações. O que é este Comitê que hoje se instala? De que trata? Quais são suas finalidades, seus objetivos? Que metas pretende atingir? Qual a participação de cada um dos atores? Enfim, o que se pretende com esta iniciativa? Muitas são as perguntas, e suas respostas implicam ações integradas, conjuntas, harmônicas, todas voltadas para o objetivo maior: o cumprimento da missão do sistema judicial, parte orgânica do serviço público, voltada para atender, dentro do melhor padrão possível, às expectativas da sociedade, no que tange à entrega da prestação jurisdicional, de forma expedita, competente e transparente e, nesta perspectiva, especialmente integrada no conjunto dos órgãos que representam os diferentes interesses sociais na atuação do sistema judicial. Por óbvio que possa ser, nunca é demais lembrar que, na sociedade, nada existe isoladamente. Tudo está relacionado, tudo integra uma rede de relações. Ainda que, no nível da aparência, em que se estabelecem limites territoriais, delimitações espaciais, posses e propriedades, limites de jurisdição, etc, e que a organização da sociedade e do estado imponha áreas de atuação definidas, por imperativos organizacionais, todas as instituições, públicas ou privadas, atuam dentro de suas especificidades com vistas a suprir algum tipo de exigência social e política. De um lado, com mais propriedade e com mais força, a sociedade moderna, atual, a sociedade da globalização, da pressa, da urgência, da velocidade, exerce sua pressão sobre o aparato estatal e faz cobro ao atendimento de suas necessidades emergentes, urgentes e crescentes. De outro, o aparato estatal e as organizações que com ele interagem devem atuar com agilidade, destreza, competência, celeridade, transparência, tudo na velocidade do tempo virtual que está muito além do tempo real. Dentro desse contexto maior, em resposta às questões formuladas, partiria de uma primeira definição: este Comitê é a soma de forças e de esforços que nasceu sob o signo da integração. Pretende ele instituir e propiciar um campo favorável ao debate de ideias para diagnóstico de problemas que impactuam o sistema judicial, como um todo. Uma vez estabelecido um produtivo debate de idéias, dele se espera a propositura de soluções viáveis, exequíveis e, ao mesmo tempo, integrais e integradas, visando, com a participação efetiva de todos os seus atores, atender, dentro das metas traçadas, às demandas da sociedade. Para tanto cumpre identificar as dificuldades e entraves que, de alguma forma, constituem empecilhos a uma atuação mais eficiente na direção das aspirações e das expectativas sociais. Cabe assinalar que os problemas, as dificuldades, a crise, tudo isso não se restringe ao Sistema Judiciário de Mato Grosso, pois não é algo singular, inerente a este Estado e, muito menos ainda, apenas ao Brasil, mas é recorrente em outros países, em todo o planeta. Aliás, para ser mais preciso, as crises são estágios de reequilibração dos sistemas, por isso, são a eles inerentes. Não foi à toa que o maior dos escritores brasileiros de todos os tempos, Machado de Assis, reservou, em sua obra, um espaço especial ao tema que intitulou de “Tempo de Crise”, um recorte de seus “Outros Contos”, pelos quais, no grande estilo que marca sua multifacetada obra, retratou a crise política que se instalou na segunda metade do século 19, no Rio de Janeiro. No caso dos sistemas judiciais, elas ocorrem, independentemente da natureza do Judiciário, se Common Law ou Civil Law que, em síntese, constituem diferentes formas de tratar as relações de direito na sociedade, de acordo com suas tradições culturais. São, assim, dois diferentes sistemas judiciais de administração e entrega da prestação jurisdicional, nos quais, em última análise, repercutem as mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais etc. Toda problemática que envolve qualquer estrutura, qualquer sistema, instituição, enfim, organismos de qualquer natureza, implica a existência de partes e do todo, dos seus componentes estruturais, de suas relações, do jogo de forças interiores e exteriores, agregadoras e desagregadoras. Estão, pois, esses elementos subjacentes a modelos teóricos voltados para o conhecimento e explicação da realidade, provenientes de diferentes áreas do saber, das ciências físicas e biológicas às ciências humanas e sociais. Essa visão teórica, na verdade, de longa tradição filosófica, urdida em berço aristotélico, inspirou as concepções estruturalistas e pós-estruturalistas, mesmo aquelas de linhas teóricas classificadas como marxistas, abrangendo estrutura (como conjunto de partes relacionadas entre si), organização (como forma de colocação e funcionamento das partes estruturadas) e, finalmente, sistema (como estrutura em movimento, em funcionamento). Esse entendimento implica o fato de que nenhum organismo é imune às pressões, sejam elas de mobilidade interna, sejam elas decorrentes de demandas ou de pressões externas. Nessa perspectiva, tem-se o sistema judicial, considerado no contexto atual, tendo em vista seu funcionamento e sua capacidade operacional, para dar conta de suas incumbências, em face do conjunto da sociedade e da parte que lhe cumprir realizar. Encarado, então como sistema, há considerar, pelo menos, duas ordens de fatores que determinam sua atuação: os endógenos, internos, inerentes ou próprios do sistema e que podem levar, pela sua exaustão, a uma desorganização sistêmica (entropia, na acepção físico-química e biológica, de que decorrem certos males, como as doenças autoimunes); e os exógenos, de ordem externa, que exercem pressão sobre o sistema, de fora para seu interior, como, por exemplo, um acidente que lhe cause danos. Dentre os fatores endógenos, é possível, grosso modo, identificar alguns elementos que merecem atenção, como, por exemplo, a insuficiência e rápida deteriorização da infraestrutura tecnológica, sujeita a ficar obsoleta a todo momento, porque recebe as consequências das pressões externas (fatores exógenos), dadas pelas frequentes mudanças que se operam, em face da ciência, da tecnologia, o que estabelece um fosso entre os avanços tecnológicos e a capacidade operacional dos órgãos estatais. Esse impasse gera, no seio da sociedade, expectativas e frustrações, já que a máquina estatal não consegue acompanhar o ritmo dado pelo impulso desenvolvimentista, passando por questões econômicas, pela industrialização, pelo avanço tecnológico, pela variação de demandas motivadas, ou motivadoras, de processos migratórios de populações, de um lado para o outro, de uma para outra região, pelos processos de urbanização, pelas mudanças políticas e sociais, enfim por uma gama multifacetada de fatores que se interpenetram, urdindo uma intrincada trama, cujo fio condutor se perde em seu emaranhado. Além disso, o perfil sociocultural e econômico da sociedade brasileira, aliado a fatores culturais locais, favorece a litigiosidade e, por conseguinte, a recorribilidade aos tribunais. Outro aspecto a ser sopesado é o grau de conscientização, em face dos direitos e deveres do cidadão. Tudo isso merece atenção, posto que nenhum fator, isoladamente, tem o condão de causar maiores entraves à máquina estatal, mas de forma co-ocorrente, descontrolada, provinda de todas as direções (fatores exógenos), em conjunto, pode imobilizá-la e levá-la à falência de seus múltiplos órgãos. Desse modo, a permanente ação integrada dos atores é uma forma essencial de prevenir e assegurar a eficácia da atuação sistêmica ordenada, organizada e competente. O mesmo se diga da infraestrutura tecnológica, que rapidamente se torna obsoleta e está à necessidade de atualização contínua, em face de fatores exógenos. Não é diferente, em face das mudanças sociais e da legislação. Na conformidade dessa ordem, se, do jogo entre os elementos exógenos e os endógenos, estabelece-se o equilíbrio, tem-se uma situação entálpica, ou seja, a predominância da entalpia (termo das ciências físico-químicas e biológicas), caso contrário, ter-se-á a desorganização sistêmica por causas externas. Esse modelo explicativo tem sido utilizado para análise e avaliação de sistemas, com aplicação às ciências humanas e sociais. Seu caráter pragmático-administrativo tem justificado sua adoção para a feitura de análise diagnóstica de empresas privadas e públicas, de órgãos e instituições públicas, para traçar plano de metas e projetos que “recuperem” a saúde orgânica das instituições e de entes públicos. É assim com o planejamento estratégico, no qual, cada parte, cada órgão, cada agente tem seu papel e sua função bem definida no sistema. Dentro desse entendimento e adotando um posicionamento administrativo estratégico, para, diagnósticos do sistema judicial mato-grossense, busca-se redesenhar e construir um modelo de sistema judiciário, cujo funcionamento seja capaz de entregar a prestação jurisdicional, com eficiência, transparência e com a celeridade que a sociedade espera. Naturalmente, cabe ao Judiciário prover seu autodiagnóstico, para promover sua autogestão, com o melhor aproveitamento possível dos meios disponíveis, o que implica o controle interno dos fatores endógenos, que diz respeito às suas próprias questões. De outro norte, é evidente que o Judiciário não é um organismo isolado, absolutamente soberano e completamente independente do contexto maior da sociedade e do Estado. Como um dos pilares da estrutura organizacional do Estado Soberano, mantém suas relações de interdependência, ainda que cada qual resguarde seu grau de autonomia. Por isso mesmo, em relação aos fatores exógenos, aos quais o Sistema Judicial é susceptível, devem ser identificados e diagnosticados os problemas para que alcance seu equilíbrio entálpico e possa equacionar, adequada e satisfatoriamente, obstáculos e resistências externas, de tal modo que, de forma integrada, com outros atores judiciais, amplie sua capacidade operacional, no desiderato de promover a melhoria permanente da entrega da prestação jurisdicional. De tudo que foi assinalado, vale dar destaque à ideia de que os atores do sistema judicial precisam estar unidos, com o escopo de conhecer e identificar as necessidades para que possam redesenhar um novo modelo organizacional, consensualizado no diagnóstico da situação em que se vive. Urge conhecer as necessidades de reforma da administração da justiça, para responder a uma nova organização do trabalho judicial, sem, contudo perder de vista os horizontes a serem alcançados e, para tanto, são imprescindíveis criatividade, motivação, dedicação, consciência, ética, empenho, compromisso com o que se atinge a desejada produtividade. Os números a serem apresentados a seguir servem de parâmetro para a discussão em torno do realinhamento do organismo estatal que deve ter, como destinatário único, a sociedade. Após essas considerações iniciais, ancorando esse conjunto de idéias, na sequência os Senhores assistirão a uma exposição de dados socioeconômicos referentes ao Estado de Mato Grosso, a cargo do Sra. Vivian; em seguida, ouvirão a exposição do Sr.ª Florinda, sobre a AGECOPA e seus impactos na Administração Pública. Por fim, a Prof.ª Sílvia Melhorança, Assessora Jurídica da Corregedoria, fará uma apresentação didática deste projeto. Agradeço a gentileza de ouvir essas reflexões, projetos e pensamentos.”*  Em seguida, as Senhoras Vivian e a Professora Sílvia Melhorança fizeram exposição do documento constante do anexo I. Após, fez uso da palavra o Dr. Cláudio Stábile, Presidente da OAB, Secção de Mato Grosso, que saudou as autoridades presentes, fazendo destacar que esta reunião é um ponto de partida. Diz que, a partir da divisão do Estado, Mato Grosso celebrou desenvolvimento; contudo, nesse desenvolvimento, faltam, no Estado, professores, policiais, material humano em todas as categorias, sendo que, no Poder Judiciário, efetivamente, faltam servidores, juízes e estrutura. Esta reunião é o ponto de partida onde se coloca a profissionalização da gestão. Afirma que, hoje, na visão da OAB, trata-se de um dia histórico, e que cabe a todos que estão em funções importantes fazer o possível e cumprir a missão, mostrando as preocupações com essas questões. Diz que, no que depender a OAB, estará presente sempre pensando no espírito público e solução dos problemas. Afirma, ainda, que a palavra da OAB é estar à disposição para trabalhar. A tarefa é árdua, mas quer contribuir, porque o jurisdicionado, hoje, está a sofrer com os problemas. Ato contínuo, fez uso da palavra o Doutor Tarcísio Régis Valente, Corregedor do TRT, que saudou as autoridades presentes, tendo afirmado estar empenhado em ajudar e concretizar a finalidade que o TRT tem na prestação jurisdicional no Estado. Parabenizou a todos e, em especial, o Desembargador Márcio Vidal. Após, fez uso da palavra o Doutor Mauro Viveiros, Corregedor Geral do Ministério Público, que saudou as autoridades presentes e, em seguida, expôs que tem a honra de participar deste evento, pois, pela primeira vez, concluíram que todos pertencem a um sistema de justiça que não pode atuar desarticulado, fragmentado e mecânico. Afirmou que suas palavras são apenas no sentido de colocar-se absolutamente à disposição deste comitê, para participar efetivamente e contribuir de algum modo, pois, no Ministério Público, já iniciamos o planejamento estratégico na gestão do então Procurador Geral de Justiça, Desembargador Guiomar Teodoro Borges, e, já naquela ocasião, angustiava o tema da desarticulação. Disse ainda não adiantar ter planejamento estratégico se não houver integração. Parabenizou pela iniciativa. Após, fez uso da palavra o Doutor Márcio Frederico de Oliveira, Corregedor Geral da Defensoria Pública, que saudou as autoridades, expressou a satisfação da Defensoria em poder cumprir a tríade que tem norteado o pensamento das autoridades e povos nas nações politicamente organizadas: participação, informação e acesso. A cooperação é a palavra de ordem do mundo pós-moderno, e, hoje, tem a alegria de incorporar essa prática, com foco no aperfeiçoamento dos trabalhos que trará melhoria a todos, mas, principalmente, aos assistidos hipossuficientes. Fala-se em infraestrutura e melhoria, mas não se fala em ser humano e dignidade daqueles que estão no interior, desprovidos de defensor público. Diz ser importante que, neste comitê, com dados precisos, debatidos democraticamente, com a participação das instituições e da sociedade aqui representada, possamos rumar para o norte de perspectivas frutíferas. Colocou-se à disposição com vontade, garra e modéstia e com a humilde estrutura da Defensoria. Diz tratar-se de um momento histórico para a Defensoria, porque debateram, em Brasília, a implantação do peticionamento eletrônico, exatamente com o objetivo de crescer juntamente com outras instituições integradas ao sistema. Afirmou estar honrado e comprometido na cooperação de construção dialogada em prol do interesse comum. Podem contar com os trabalhos e dedicação junto a este comitê e grupos que ora estão sendo montados. Após, fez uso da palavra o Doutor Agamenon Alcântara Moreno Júnior, Presidente da Associação Mato-grossense de Magistrados, que saudou a os presentes e autoridades. Evidenciou que a AMAM não poderia estar alheia a este processo, reforçando a ideia de integração para a concretização. Afirmou que a AMAM estará presente e contribuirá para o diálogo. Agradeceu o convite. Em seguida, fez uso da palavra o Desembargador Rubens de Oliveira Santos Filho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, que cumprimentou todas as autoridades presentes. Afirmou tratar-se de um dia histórico, pois foi preciso a realização da copa do mundo para se ter o pretexto de que não dá para continuar desta forma. A sociedade não entende o porquê de não ter defensor, promotor, juiz. A sociedade vive a máxima jornalística de que a polícia prende e a justiça solta, e os atores, que fazem o papel do bandido são os que trabalham diretamente na prestação jurisdicional. Além disso, não se pode negar o que aconteceu com o Poder Judiciário deste Estado, nos últimos anos. Foi um baque, que não atingiu apenas o coração; esparramou a todos, não sendo possível ignorar. Temos que reconhecer isso, se, no Poder Judiciário, que é um dos tripés da democracia, assim aconteceu, imaginem como a sociedade irá entender o que lhe é negado por falta de meios e orçamentos. Não temos como dar a necessária e indispensável prestação jurisdicional. Todas as entidades têm seu planejamento estratégico. Afirma que a pesquisa proposta nesta reunião, com todas as entidades comprometidas com as atividades jurisdicionais, serve para abrir o coração. Todos saberão que nossas entranhas estarão entregues nas mãos dos senhores, tudo será discutido pelos atores aqui presentes. Estamos convidando-os para que saibam de nossa realidade, temos que planejar e trabalhar pela melhora e, se não reorganizarmos e reestruturarmos, não caminharemos com a celeridade que os tempos atuais exigem, motivação e comprometimento, de que precisamos neste momento inicial. Afirmou tratar-se de um momento que representa mais transparência. A sociedade exige essa abertura, e todos têm que saber quanto custamos, porque não funcionamos a contento. Disse ter viajado a Rosário Oeste e Nobres, e a obra foi feita com a união de todos; até a Magistrada fritava pastel nas feiras, e a obra está parada, abandonada. Diz ter faltado planejamento, embora todos tenham trabalhado. Passamos da fase do ‘eu acho’. É preciso ter início, meio e fim. Trata-se de um projeto muito claro, não é nada para ontem, pois entregaremos o produto em dezembro de 2012. Realçou que, da parte do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, toda a transparência possível será concedida, não havendo nada a esconder, e, agora, com esse notável projeto, capitaneado pelo Desembargador Márcio Vidal, estamos dividindo com os Senhores as responsabilidades. Parabéns ao Corregedor. Que Deus nos ajude, e que dê tudo certo. Em seguida, o Chefe de Cerimonial, como última etapa deste trabalho, convidou a professora Sílvia Melhorança para constituição e definição dos grupos de trabalho. O Desembargador Márcio Vidal agradeceu aos colegas presentes e servidores e juízes auxiliares, por terem prestigiado o evento até este primeiro momento e esclareceu que agora os membros das Instituições que compõem o sistema irão discutir a formação dos grupos de trabalho para a próxima reunião. Após, a professora Sílvia esclareceu que serão montados os grupos de trabalho e que todas as Instituições devem ter um representante com poder de decisão. O Desembargador Márcio Vidal disse que é preciso esclarecer que três servidores darão apoio diretamente a este Comitê, mais o Professor Antonio e a Rosangela. A Professora Silvia atentou para o fato de que: “*estamos envolvidos diretamente com a execução deste projeto, os Servidores da Corregedoria, Professor Antonio Carlos, que é sociólogo e tem contribuído conosco no levantamento das pesquisas.; Sra. Rosangela Kabad, que é a coordenadora do projeto e eu, Silvia Melhorança, que sou a líder do projeto”.* Em seguida, foram montados os grupos de trabalho, tendo a professora Sílvia dito que a execução do projeto depende da concretização e permanência desses grupos de trabalho. São três os grupos, e todas as Instituições deverão estar representadas em cada um desses grupos de trabalho, para que todos participem das frentes e metas estabelecidas para a concretização do projeto. Na primeira estratégia da primeira etapa será feito o diagnóstico das Instituições, e os diagnósticos irão desenvolver-se em três frentes: a primeira delas é o levantamento das condições das estruturas organizacionais das Instituições; então, o primeiro grupo de trabalho fará um levantamento de como tem andado, funcionado e desenvolvido, no aspecto organizacional e estrutural, a sua Instituição e, destas, cada uma aqui representada terá, no mínimo, um membro nesse grupo. Então, a professora disse que precisará de que os presentes digam quem serão esses membros. Grupo 01 - Poder Judiciário: Des. Márcio Vidal; OAB – Dr. Claudio Stabile; Defensoria: Dr. Márcio; Procuradoria do Estado: Dr. Nelson Pereira dos Santos; TRT – Des. Tarcisio; Ministério Público – Dr. Mauro Viveiros. Após, a professora Sílvia esclareceu que esses nomes hoje serão para um melhor contato deste Comitê com a Instituições. Então, aqueles que deram os nomes ficarão incumbidos de montar suas equipes para o grupo de trabalho. O que se pretende aqui, hoje, é assegurar alguém com poder de decisão de cada Instituição presente num grupo. Continuando, na formação do Grupo 01, a ESMAGIS – Des. Paulo; AMAM – Dr. Agamenon Alcântara. Secretaria de Justiça de Direitos Humanos – Des. Paulo Inácio Dias Lessa, que depois delegará competência a uma equipe. Em seguida, a professora Sílvia disse que cada Instituição representada deve estar em um grupo, por questão de liderança, cada um que tiver seu nome colocado em um grupo terá que dar conta de responder por aquilo que assumiu e todas as Instituições estarão presentes nos três grupos, com representantes diferentes, com poder de decisão. Uma pessoa pode colocar-se em mais de um grupo, mas a pessoa será responsável. É uma questão de legitimação, e a dinâmica é que aqueles que vieram com mais de uma pessoa podem, eventualmente, ser indicados agora. Continuando, na formação do segundo e terceiro grupo, que ficará responsável por diagnosticar o padrão de conduta ético-comportamental dos agentes públicos, a professora Sílvia indagou aos presentes se querem replicar seus nomes nesse grupo ou se têm condições de indicar uma pessoa responsável por este segundo grupo. Após, em atenção ao pedido do Desembargador Márcio Vidal, a professora Sílvia disse que os nomes serão replicados nos três grupos e será feito contato até sexta-feira, quando os presentes irão passar os nomes, via telefone ou e-mail, à servidora Rosângela Kabad, Coordenadora. Após, a professora indagou sobre a data da próxima reunião e disse que é um levantamento minucioso, pois é o diagnóstico de cada Instituição, aspecto organizacional e estrutural, ético-comportamental e da imagem junto ao jurisdicionado. Houve manifestação entre os presentes de que o Gestor Geral, pessoalmente ou delegando a alguém, que participe das reuniões deste Comitê. Após, a professora Sílvia disse que sexta-feira será feita a lista, e a reunião com os grupos de trabalho foram marcadas mensalmente entre os grupos e bimestralmente com os três grupos. Indagada a respeito da primeira reunião, se já deveria ser apresentado o diagnóstico, a professora Sílvia disse que sim e que isso será na primeira reunião bimestral, pois a reunião mensal é para discussão entre os membros do grupo, onde haverá liberdade para estabelecer uma agenda e fazer aquilo que acharem sejam suas prioridades, e a bimestral, que será com os três grupos, com os senhores todos novamente aqui, nesta deverá ser trazido o diagnóstico, nessas três frentes e disse pensar que precisariam encontrar-se para estabelecer esse questionário que será aplicado, pois, se cada um coletar dados sob perspectivas diferentes, não chegaremos a lugar nenhum. Então, é preciso reunir para estabelecer o que será perguntado e como será perguntado e ainda precisamos de alguém que possa contribuir com a formação de perguntas, tabulação dos dados, sendo que a Senhora Vivian se dispôs a isso, em relação aos dados a serem coletados. O Desembargador Márcio sugeriu que seja apresentada uma minuta e enviada via e-mail para que façam seus acréscimos. Houve manifestação entre os presentes no sentido de que, se não sair com uma coisa preparada, serão feitas sucessivas reuniões e será desgastante. A professora Sílvia disse que, na sexta-feira, no período matutino, ligará para os presentes, a fim de que seja informado quem será responsável com poder de decisão da Instituição que os senhores representam, e, no dia 25/4/2011, passará via email minuta dos questionários a serem aplicados, nos três grupos. É uma minuta para colaboração, e os senhores terão uma semana para devolver. Faremos a revisão geral, e os senhores aplicam. A Senhora Vivian disse que cada Instituição tem suas particularidades. O Desembargador Márcio Vidal, em seguida, disse que será enviada a minuta e cada Instituição irá propor um acréscimo, e quando cada Instituição for elaborar seu formulário de pesquisa, será montado com essas particularidades. Após, a Professora Sílvia afirmou que são três as propostas: a primeira, de mandar eletronicamente uma minuta, os presentes contribuírem sobre esta minuta, retornar ao Comitê, que irá elaborar questionário definitivo, passar às Instituições para aplicar; a segunda, a Vivian faz uma minuta de perguntas e visita cada Instituição, que contribuirá com essa estrutura basilar; e a terceira proposta, que foi feita pelo Dr. Mauro Viveiro, no sentido de fazer apenas levantamento de ordem geral, pesquisas temáticas. Após votação, decidiu-se, por maioria, (nove votos) pela proposta dois. Após, a Doutora Helena Maria disse que será perguntado em cada Instituição sobre suas dificuldades e realidade; assim, as perguntas e respostas serão diferentes. O Desembargador Paulo Lessa disse que exatamente por isso, pela necessidade de personalização, votou na segunda proposta. Após, a professora Sílvia esclareceu que, em termos de pesquisa, precisamos de categorias básicas que se repitam em todos os grupos, para poder tabular. Claro que as particularidades serão respeitadas e como tais, tratadas, e como o sistema judicial tem o mesmo tipo de negócio, haverá perguntas comuns, e foi isso que a Vivian propôs. Ela levará uma estrutura básica, e serão acrescentadas as particularidades. O Dr. Mauro Viveiros esclareceu que a sugestão dele seria uma ação predecessora ao questionário. Em seguida, a professora Sílvia solicitou que quem tiver questionário e diagnósticos prontos mostre para Vivian durante as visitas. A Senhora Vivian solicitou que a Corregedoria-Geral da Justiça organize as agendas de visita. E a professora Sílvia afirmou que aqueles que estão organizando o projeto organizarão também agendas de visitas e solicitou que emails, telefones e formas de contato estejam sempre atualizados, para total aproximação. Ao final, a professora Sílvia agradeceu a oportunidade de participar deste trabalho. O Desembargador Márcio Vidal disse da necessidade de ter um calendário de reuniões que seja repassado a todos. A professora Sílvia aduziu que todos deverão encaminhar os nomes até sexta, depois virão as visitas e será então marcada a reunião. Estiveram presentes o Excelentíssimo Desembargador Rubens de Oliveira Santos Filho Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, o Excelentíssimo Desembargador Juvenal Pereira da Silva Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, o Excelentíssimo Desembargador Márcio Vidal Corregedor-Geral da Justiça de Mato Grosso, a Excelentíssima Desembargadora Clarice Claudino da Silva do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, o Execelntíssimo Desembargador Guiomar Teodoro Borges do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, o Excelentíssimo Desembargador Juracy Persiani do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, o Excelentíssimo Desembargador José Jurandir de Lima do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, o Excelentíssimo Desembargador Luiz Ferreira da Silva do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, o Excelentíssimo Desembargador Paulo Inácio Dias Lessa Secretário de Justiça e Direitos Humanos, o Excelentíssimo Procurador do Estado Nelson Pereira dos Santos, o Excelentíssimo Defensor Público Estadual Carlos Gomes Brandão, o Excelentíssimo Corregedor-Geral da Defensoria Márcio Frederico de Oliveira Dorilêo, o Excelentíssimo Presidente da OAB de Mato Grosso Claudio Stábile Ribeiro, o Excelentíssimo Vice-Presidente da OAB de Mato Grosso Mauricio Aude, a Ilustríssima Secretária Geral Adjunta da OAB de Mato Grosso Fabiana Curi, o Ilustríssimo Carlos Magno dos Reis Moreira membro da Comissão dos Juizados Especiais, a Ilustríssima Denize Fernandes Bergo membro da Comissão dos Juizados Especiais, a Ilustríssima Juliana Gimenes de Freitas Errante membro da Comissão dos Juizados Especiais, o Excelentíssimo Corregedor-Geral do Ministério Público Mauro Viveiros, Excelentíssimo Presidente da AMAM Agmenon Alcântera Moreno Júnior, Excelentíssimo Juiz Diretor do Foro de Cuiabá Adilson Polegato de Freitas, o Excelentíssimo Desembargador Tarcísio Régis Valente Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.

 Nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião, da qual eu (fulano de tal), secretário *ad hoc*, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes. Cuiabá, 11 de abril de 2011.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Des. Rubens de Oliveira Santos Filho Des. Juvenal Pereira da Silva

 Presidente do TJ/MT Vice- Presidente do TJ/MT

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Des. Márcio Vidal Corregedor-Geral da Justiça Des. Clarice Claudino da Silva do

do TJ/MT TJ/MT

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Des. Guiomar Teodoro Borges do TJ/MT Des. Juracy Persiani do TJ/MT

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Des. José Jurandir de Lima do TJ/MT Des. Luiz Ferreira da Silva do TJ/MT

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Des. Paulo Inácio Dias Lessa Secretário de Estado Nelson Pereira dos Santos

Justiça e Direitos Humanos Procurador do estado

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Carlos Gomes Brandão Márcio Frederico de Oliveira Dorilêo Defensor Público Estadual Corregedor-Geral da Defensoria

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Claudio Stábile Mauricio Aude

Presidente da OAB Vice-Presidente da OAB

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Fabiana Curi Carlos Magno dos Reis Moreira

Secretária Adjunta da OAB Membro da Comissão dos Juizados

 Especiais

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Denize Fernandes Bergo Juliana Gimenes

Membro da Comissão dos Juizados Membro da Comissão dos Juizados

Especiais Especiais

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Mauro Viveiros Agmenon Alcântera Moreno Júnior

Corregedor-Geral do Ministério Público Presidente da AMAM

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Adilson Polegato de Freitas Des. Tarcísio Régis Velente

Juiz Direitor do Foro de Cuiabá Vice-Presidente do TRT